

19 – ASPECTOS LEGAIS DOS RECURSOS MINERAIS DA ÁREA INTERNACIONAL DOS OCEANOS

LEGAL ASPECTS OF THE MINERAL RESOURCES OF THE INTERNATIONAL SEABED AREA

Kaiser Gonçalves de Souza
Consultor Independente
Recursos Minerais Marinhos

Resumo

Este capítulo apresenta e discute os principais aspectos legais dos recursos minerais que podem ser encontrados em áreas situadas além de jurisdição nacional, a chamada “ÁREA”, e sobre os quais a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (AUTORIDADE) elaborou regulamentação internacional para prospecção e exploração de nódulos polimetálicos, os sulfetos polimetálicos e as crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto. Especificamente este capítulo apresenta as etapas necessárias para a realização de prospecção na ÁREA, seguida de pedidos de aprovação de planos de trabalho para exploração na forma de contratos e a elaboração de contratos de exploração mineral junto à AUTORIDADE. Os aspectos legais referentes a proteção e preservação do meio ambiente marinhos também são discutidos. O capítulo foi elaborado de forma a (a) servir como um guia para empresas públicas, empresas privadas e setores governamentais brasileiros com vistas ao desenvolvimento de atividades de exploração mineral na área internacional do Atlântico Sul; e (b) contribuir para a ampliação da presença brasileira no Atlântico Sul e Equatorial de forma racional e sustentável.

Palavras-chave: recursos minerais, regulamentação, código mineral, área internacional dos oceanos.

Abstract

This chapter presents and discusses the main legal aspects of mineral resources that can be found in areas located beyond national jurisdiction, the so-called “AREA”, and upon which the International Seabed Authority (AUTHORITY) has developed international regulations for prospecting and exploration of polymetallic nodules, polymetallic sulfides and ferromanganese cobalt rich crusts. Specifically, this chapter presents the necessary steps for prospecting in the AREA, followed by requests for approval of plans of work for exploration in the form of contracts and the preparation of mineral exploration contracts with the AUTHORITY. The legal aspects related to the protection and preservation of the marine environment are also discussed. The chapter was designed to (a) serve as a guide for public companies, private companies and Brazilian government sectors with a view to developing mineral exploration activities in the international area of the South Atlantic Ocean; and (b) to contribute to the enlargement of the Brazilian presence in the South Atlantic and Equatorial in a rational and sustainable manner.

Keywords: mineral resources, regulation, mining code, international area of the oceans.

☞ Nota dos Organizadores: o manuscrito deste capítulo foi produzido em abril de 2022.

Referências Bibliográficas

BRASIL. 1995. Decreto n. 1.530, de 22 de junho de 1995. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1995/decreto-1530-22-junho-1995-435606-publicacaooriginal-1-pe.html>.

CONVENÇÃO das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar. 1984. DHN - Diretoria de Hidrografia e Navegação. Versão em língua portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Decision of the Council of the International Seabed Authority relating to amendments to the Regulations on Prospecting and Exploration for Polymetallic Nodules in the Area and related matters. 2013 ISBA/19/C/17. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/regulations>.

Decision of the Assembly of the International Seabed Authority regarding the amendments to the Regulations on Prospecting and Exploration for Polymetallic Nodules in the Area. 2013 ISBA/19/A/9. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/regulations>.

Decision of the Assembly of the International Seabed Authority relating to the regulations on prospecting and exploration for polymetallic sulphides in the Area. 2010 ISBA/16/A/12 Rev. 1. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/regulations>.

Decision of the Assembly of the International Seabed Authority relating to the Regulations on Prospecting and Exploration for Cobalt-rich Ferromanganese Crusts in the Area. 2012 ISBA/18/A/11. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/regulations>.

Decision of the Assembly of the International Seabed Authority concerning overhead charges for the administration and supervision of exploration contracts. 2013 ISBA/19/A/12. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/regulations>.

Decision of the Assembly of the International Seabed Authority relating to the budget of the Authority for the financial period 2019–2020. ISBA/24/A/11. Disponível em: <https://www.isa.org.jm/mining-code/regulations>.

Decision of the Council of the International Seabed Authority relating to the procedures and criteria for the extension of an approved plan of work for exploration pursuant to section 1, paragraph 9, of the annex to the Agreement relating to the Implementation of Part XI of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982. ISBA/21/C/19. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/regulations>.

MORE R. F.; SOUZA C. M. R. 2015. Elevação do Rio Grande: obrigações e responsabilidades: Proteção e preservação do meio marinho na Área. Novas Edições Acadêmicas (novembro 2, 2015); ISBN-13: 978-3841710703; 68 p.

Recommendations for the guidance of contractors on the relinquishment of areas under the exploration contracts for polymetallic sulphides or cobalt-rich ferromanganese crusts. ISBA/25/LTC/8. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/recommendations>.

Recommendations for the guidance of contractors for the reporting of actual and direct exploration expenditure. ISBA/21/LTC/11: <https://www.isa.org.jm/mining-code/recommendations>.

Recommendations for the guidance of contractors for the assessment of the possible environmental impacts arising from exploration for marine minerals in the Area. ISBA/25/LTC/6/Rev.1. Disponível em: <https://www.isa.org.jm/mining-code/recommendations>.

Recommendations for the guidance of contractors for the assessment of the possible environmental impacts arising from exploration for marine minerals in the Area. ISBA/25/LTC/6/Rev.1/Corr.1. Disponível em: <https://www.isa.org.jm/mining-code/recommendations>.

Recommendations for the guidance of contractors and sponsoring States relating to training programmes under plans of work for exploration. ISBA/19/LTC/14. Fonte: <https://www.isa.org.jm/mining-code/recommendations>.

Recommendations for the guidance of contractors on the content, format and structure of annual reports. ISBA/21/LTC/15. Disponível em: <https://www.isa.org.jm/mining-code/recommendations>.

SOUZA, K.G. 2006. Recursos Minerais Marinhos além das Jurisdições Nacionais: interesse econômico, político e estratégico. Revista Parcerias Estratégicas, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. Número 23. Dezembro 2006, p. 269–288, Brasília, Brasil.

SOUZA, K. G.; MARTINS, L. R. S.; CAVALCANTI, V. M. M.; PEREIRA, C. V.; BORGES, L. 2006. Recursos minerais marinhos: fatos portadores de futuro, prioridades de estudo no Brasil e projetos estruturantes. Revista Parcerias Estratégicas, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. Número 24 agosto 2006, p. 247–262. Brasília, Brasil.

von STACKELBERG, U. 2000. Manganese Nodules of the Peru Basin. *In*: CRONAN, D. S. (Ed.). Handbook of Marine Mineral Deposits. CRC Press, cap. 8, 197–238. DOI: [10.1201/9780203752760-8](https://doi.org/10.1201/9780203752760-8).

Sobre o Autor

Kaiser Gonçalves de Souza

Fez geologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS), doutorado em geologia marinha pela Universidade de Paris e pós-doutorado no Instituto de Geociências e Recursos Naturais em Hannover (Alemanha). Fez treinamento em exploração de recursos minerais marinhos sob os auspícios da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional do Leito Marinho e do Tribunal Internacional das Leis do Mar (Nações Unidas) especializando-se em assuntos relativos à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Atuou como especialista em recursos do mar no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em colaboração com a Comissão Interministerial de Recursos do Mar (SECIRM). Trabalhou como geólogo marinho na Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) das Nações Unidas na Jamaica. Atualmente é consultor independente na área de Recursos Minerais Marinhos.

E-mail: kaiser.souza.144@gmail.com

ORCID: [0009-0007-4882-4761](https://orcid.org/0009-0007-4882-4761)